

An abstract, expressive painting on the left side of the poster. It depicts a figure, possibly a person or a deity, rendered in dark, swirling, and textured brushstrokes. The figure appears to be engulfed in flames, with bright orange and yellow fire-like colors at the bottom and sides. The background of the painting is a mix of dark browns, blacks, and some lighter, ashy tones. The overall style is raw and emotional, suggesting themes of destruction, rebirth, or intense human experience.

Histórias da Antropologia e Restituições

Colóquio Internacional
Lisboa 13-15 maio 2026

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa &
Museu Nacional de Etnologia

Programa



Índice

Programa	3
Comité Científico	9
Organização	10
International Research Network	11
Tema do Colóquio e Linhas Temáticas	12
Resumos Comunicações	23
Resumo Debate	38
Resumo Intervenção performativa	39
Resumos Conferencistas convidados	40

Programa

1º DIA - 13 de maio de 2026

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa [Auditório B1]**

13h50 Abertura e boas-vindas

Alexandra Curvelo (Diretora da NOVA FCSH)

Christine Laurière (Bérose; Héritages, França)

Frederico Delgado Rosa (Bérose; CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

14h00: Conferencista convidado | Museu Nacional (Rio de Janeiro)

Experiência múltipla de pesquisador e curador indígena na reconstrução de novo acervo do Museu Nacional

Tonico Benites (Guarani Kaiowá) (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

Apresentação: Fernanda Peixoto (USP, Brasil)

14h40: Painel “Reconstituições e proveniências”

Moderação: João Leal (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal); **Aura Lisette Reyes Gavilán** (Universidad de Antioquia, Colômbia)

1. A vida passada e futura das coleções indígenas de Dina e Claude Lévi-Strauss

Maria Luísa Lucas (MAE-USP, Brasil); **Leandro Varison** (Museu do quai Branly – Jacques Chirac, França)

2. Dibujos tobas en París: una investigación sobre los cuadernos de Alfred Métraux

Lorena Córdoba (IICS-UCA/CONICET, Argentina); Cecilia Gómez (IICS-UCA/CONICET, Argentina)

3. Da documentação das coleções ‘etnográficas’ no Museu Santos Rocha à desconstrução disciplinar dos museus de arqueologia

Elisabete Pereira (IHC | NOVA FCSH / Univ. de Évora – IN2PAST, Portugal); Maria Figueira (IHC | NOVA FCSH / Univ. de Évora – IN2PAST, Portugal)

4. Arquivos pessoais de etnólogos: da convivência aldeã à formação de acervos públicos

Luísa Valentini (UFBA/CNPq, Brasil)

16h30: **Lanche-convívio**

17h00-18h00: **Debate**

Vozes Negras na Antropologia: restituição e reparação como práticas de ensino e aprendizagem

Messias Basque (Beniba Centre for Slavery Studies, Universidade de Glasgow, Reino Unido)

Moderação: Stefania Capone (IRL Mundos em transição CNRS/USP, Brasil e França); Miguel Vale de Almeida (CRIA ISCTE / IN2PAST, Portugal)

2º DIA - 14 de maio de 2026

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa [Auditório B1]**

14h00 Boas-vindas

Rodrigo Lacerda (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

Christine Laurière (Bérose; Héritages, França)

14h05: Painel “Arquivos no terreno ou em campo?” [sessão 1]

Moderação: Christine Laurière (Bérose; Héritages, França); **Rodrigo Lacerda** (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

**5. Circulaciones documentales y propuestas de activación de
acervos de interés antropológico en Colombia**

Aura Lisette Reyes Gavilán (Universidad de Antioquia, Colômbia)

**6. Estéticas, testimonios y restituciones en Amazonía boliviana:
hacia una historia chacobo de la fotografía**

Diego Villar (IICS-UCA/CONICET, Argentina)

**7. Práticas colaborativas na reativação de arquivos: memórias em
circulação na Terra Indígena Xambioá**

Henrique Entratice (IHC NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal; Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Brasil); **Maurícia Txiberu Karajá** (IHC NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal; Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Brasil)

8. Des-arquivar acervos coloniais: intervenções colaborativas para descolonizar e repensar modos de restituição

Paulo Raposo (CRIA Iscte-Iul / IN2PAST, Portugal); Izabela Tamaso (Universidade Federal de Goiás)

15h45-16h05: Os caminhos (transatlânticos) do IN2PAST, Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território
António Candeias (Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal)

16h05: Lanche-convívio

16h30: Conferencista convidado | Museu Nacional (Rio de Janeiro)

À conversa com... Antonio Carlos de Souza Lima

Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

Moderação: Cristiana Bastos (ICS-UL, Portugal); Nélia Dias (CRIA ISCTE / IN2PAST, Portugal)

17h10-18h00: Painel “Arquivos no terreno ou em campo?” [sessão 2]
Moderação: Sónia Vespeira de Almeida (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal); Frederico Delgado Rosa (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

9. Restituir saberes, recuperar presenças: circulação e invisibilidades na expedição de Henrique de Carvalho a África (1884-1888)

Anderson Antunes (IHC Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal);

Sara Albuquerque (IHC Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal);

Maria de Fátima Nunes (IHC Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal)

10. Pensar a restituição de arquivos visuais: o caso dos filmes de Margot Dias no território Makonde (1958-1961)

Catarina Alves Costa (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

3º DIA - 15 de maio de 2026

Museu Nacional de Etnologia

14h00: Abertura e boas-vindas

Gonçalo Amaro (Museu Nacional de Etnologia)

João Leal (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

Sónia Vespeira de Almeida (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

14h10: Painel “Do objeto museológico ao espaço-tempo do sujeito restituído”

Moderação: Fernanda Peixoto (USP, Brasil); Diego Villar (IICS-UCA/CONICET, Argentina)

11. O Acervo Nosso Sagrado ou a impossível viagem de volta do “sujeito restituído”

Stefania Capone (IRL Mundos em transição CNRS/USP, Brasil e França)

12. Ype, o dentro e o fora: o itinerário de uma máscara do povo Apyãwa-Tapirapé

Ana Coutinho (MECILA – CEBRAP – USP, Brasil)

13. Ouvir as vozes: o património cultural da Guiné-Bissau e a importância do diálogo na reparação do passado colonial

Ana Temudo (CITAR/UCP, Portugal)

14. Intervenções indígenas em arquivos antropológicos coloniais: agenciamentos artísticos no espaço transatlântico

Emanuele Fabiano (CES-UC, Portugal), Karen Shiratori (CES-UC, Portugal) & Raphael Uchôa (CES-UC, Portugal)

16h00: Intervenção performativa

A presença do manto tupinambá: a diplomacia ancestral e as mulheres como guardiãs das tecnologias

Glicéria Tupinambá (PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

Apresentação: Susana Matos Viegas (ICS-UL, Portugal)

16h40: Porto de honra

17h00: Conferencista convidado | Museu Nacional (Rio de Janeiro)
Lançamento de livro

Museus, produção de memórias e insurgência epistêmica

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

Apresentação da obra *O Fogo avassalador e a nova sementeira: Museus, antropologias e protagonismo indígena*: João Leal (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

17h50-18h00: Encerramento

Christine Laurière (Bérose; Héritages, França)

Frederico Delgado Rosa (Bérose; CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

Comité Científico

Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL, Portugal)
Sónia Vespeira de Almeida (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)
Cristiana Bastos (ICS-UL, Portugal)
Yaid Ferley Bolanos Diaz (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Lorena Cordoba (CONICET- UCA, Argentina)
Isabelle Combès (CIHA, Bolívia)
Stefania Capone (CNRS, IRL Mundos em transição CNRS/USP, Brasil e França)
Nélia Dias (ISCTE-IUL / IN2PAST, Portugal)
Tonico Benites (Guarani Kaiowá) (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)
Rodrigo Lacerda (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)
Christine Laurière (CNRS, Héritages, França)
João Leal (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)
Antonio Carlos de Souza Lima (PPGAS - Museu Nacional, UFRJ, Brasil)
Willian Mavisoy Muchavisoy (Universidad del Cauca, Colômbia)
João Pacheco de Oliveira (PPGAS - Museu Nacional, UFRJ, Brasil)
Fernanda Arêas Peixoto (Universidade de São Paulo, Brasil)
Aura L. Reyes Gavilán (Universidad de Antioquia, Colômbia)
Frederico Delgado Rosa (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)
Susana Matos Viegas (ICS-UL, Portugal)
Diego Villar (IICS, CONICET- UCA, Argentina; CIHA, Bolívia)

Organização

João Leal (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST)
Christine Laurière (CNRS / HÉRITAGES)
Frederico Delgado Rosa (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST)
Sónia Vespeira de Almeida (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST)
Rodrigo Lacerda (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST)

BEROSE
CRIA/IN2PAST
NOVA FCSH
Museu Nacional de Etnologia

No âmbito do International Research Network **HITAL**
Transatlantic History of Latin-American Anthropologies

Com a participação do **Grupo de Trabalho sobre Restituição e Reparação** (Grupo de Investigação “Práticas e Políticas da Cultura”, CRIA/IN2PAST), coordenado por **Francisca Alves Cardoso** (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST) e **Laura Burocco** (CRIA ISCTE-IUL/IN2PAST).

Instituições parceiras: **APA Associação Portuguesa de Antropologia ; Iscte-Iul.**

InternationalResearchNetwork

HITAL é um International Research Network (IRN) criado pelo CNRS/INSHS (França) em 2022, integrando parceiros de:

Argentina (PEAC Programa de Estudios Antropológicos Comparativos, IICS Instituto de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Sociales, Pontifica Universidad Católica Argentina, CONICET);

Bolívia (CIHA Centro de Investigaciones Históricas y Antropológicas, Museo de Historia de la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, Santa Cruz de la Serra);

Brasil (Departamento de Antropologia, LACED Laboratório de Pesquisas em etnicidade, cultura e desenvolvimento, Museu Nacional, UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro ; Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP Universidade de São Paulo; Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas);

Colômbia (Universidad de Antioquia, Medellín);

França (UMR9022 Héritages / CNRS, CY Cergy Paris Université, Ministère de la culture ; IRL2034 - Mondes en transition (M-TRANS), CNRS/Universidade de São Paulo;

Portugal (CRIA Centro em Rede de Investigação em Antropologia / IN2PAST).

[Webpage HITAL](#)

Temado Colóquio

Datas diversas são evocadas quando se procura situar historicamente o sensível dossiê da restituição. Sem diminuir a relevância do *Rapport sur La restitution du patrimoine culturel africain* (2018) de Felwine Sarr e Bénédicte Savoy, iniciativas igualmente importantes o precederam. A história dos pedidos de restituição remonta pelo menos aos movimentos independentistas africanos e tem nas décadas de 1960 e de 1970 momentos de charneira. Em 1990, reivindicações indígenas do outro lado do Atlântico levaram à promulgação do Native American Protection Graves and Repatriation Act (NAGPRA); e a continuidade desta política permitiu atender múltiplas demandas de líderes e comunidades indígenas dos Estados Unidos, inclusive do Havai. Repercussões similares fizeram-se sentir na América Latina através de múltiplos processos bem sucedidos de reivindicação e devolução de restos mortais e artefactos indígenas em diferentes países.

O debate em torno da restituição tem sofrido significativos desenvolvimentos, dando origem a novos protocolos e a posicionamentos políticos, científicos e éticos díspares, por vezes ambivalentes. Apesar da ausência de um consenso alargado e da própria turbulência conceptual em torno da questão, numa constelação terminológica que vai da repatriação à reparação, da devolução à retomada ou até mesmo à cura (a partir do termo inglês: *healing*), uma tendência expressiva nesse fórum internacional é o reconhecimento de que qualquer projeto de restituição é suscetível de respostas ou soluções imprevistas a montante, incluindo

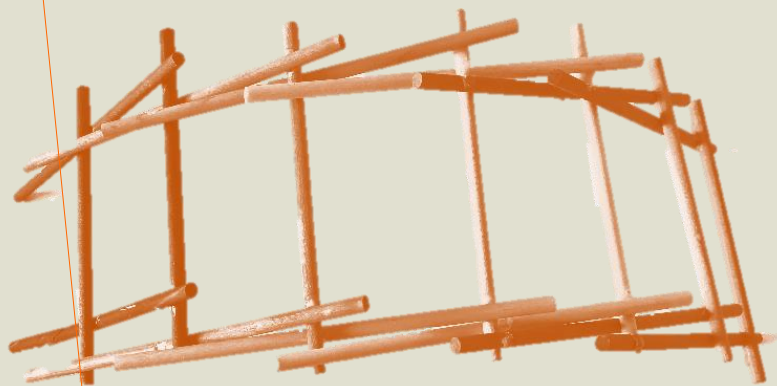
respostas em aberto que não passam necessariamente pelo retorno físico de objetos ao contexto de onde provêm ou por entregá-los de facto às comunidades ou agentes que os reivindicam.

Diferentes contextos, histórias e regimes de valor, quando não diferentes ontologias, repercutem-se em complexos diálogos entre instituições, grupos e indivíduos que procuram múltiplas formas do que se pode chamar, por sinédoque, de restituição. Restituição não só de “coisas”, mas de saberes e de palavras, de sons e de imagens, de antepassados e dos seus encontros e trajetórias – de tudo aquilo que se encontra inscrito, não exclusivamente, mas em grande medida, nos acervos da antropologia em sentido lato; seja nas reservas dos museus etnológicos, nos arquivos dos etnógrafos e das expedições antropológicas ou nas próprias bibliotecas da disciplina.

As reivindicações atuais de intelectuais e líderes indígenas não se limitam a artefactos sagrados ou de valor e significado identitário e político, mas frequentemente incluem a recuperação de corpos insepultos (segundo as suas próprias tradições) e a investigação histórica e etnográfica sobre as trajetórias desses ancestrais no além-mar, de grande interesse não somente para as comunidades locais, mas também para uma compreensão mais profunda da própria história da antropologia e das representações ocidentais sobre as sociedades indígenas.

O presente colóquio internacional propõe-se aprofundar os cruzamentos entre histórias da antropologia e restituições através de linhas temáticas que revertem a favor de painéis interrelacionados. Restituir um ícone da construção da nação a um museu de uma capital africana não é o mesmo que participar na conceção (ou na sustentabilidade tecnológica e financeira) de um

arquivo digital no *Outback* australiano; citar o artigo indexado de um pesquisador indígena norte-americano não é o mesmo que procurar escutar os descendentes atuais de um criador de máscaras num meio rural sem rede elétrica e à primeira vista desconectado do debate. Considerando as profundas variações históricas e contextuais da problemática em questão, opta-se pelo ângulo de visão transatlântico – e em particular latino-americano – que caracteriza o International Research Network HITAL. Trata-se igualmente de descentrar um debate que, em diferentes fases, teve grande enfoque internacional em contextos australianos, norte-americanos e africanos. A equação entre restituição e reparação convida a dar especial relevo à segunda quando está em causa a memória da escravidão – não só através, mas *também* através da restituição de objetos museais e de peças de arquivo. Com uma atenção privilegiada a estudos de caso situados *em* ou *entre* contextos europeus e latino-americanos, os diálogos ao redor de contextos indígenas são igualmente suscetíveis de abrir a reflexão a outros *loci* e outras histórias que tenham no seu cerne processos ou ideias de restituição.



Linhas Temáticas

1. Arquivos no terreno ou em campo?

Se é um facto que a documentação histórica utilizada por povos indígenas em processos de reivindicação territorial e de afirmação política e cultural não se restringe ao arquivo da antropologia, não é menos verdade que este ocupa – ou pode ocupar – um lugar de relevo no tocante à discussão *in situ* dos próprios saberes locais, nomeadamente quando estes foram etnograficamente codificados no passado. Do mesmo modo, as relações com os arquivos por parte dos quilombolas e/ou dos povos de terreiro – para citar o exemplo brasileiro –, é indissociável de uma longa e complexa tradição disciplinar, declinável no plural por envolver agentes antropológicos das mais diversas proveniências. Mas enquanto algumas comunidades estão pró-ativamente empenhadas na

recuperação de arquivos etnográficos que lhes dizem respeito, outras poderão estar desconectadas desses acervos por desconhecimento da sua existência ou devido a distâncias e barreiras várias, desde linguísticas a políticas – incluindo distância geográfica. Antropólogos, historiadores da antropologia e outros investigadores ou profissionais institucionalmente enquadrados, com posições de conhecimento, poder ou acesso privilegiado a determinados materiais, sejam manuscritos ou textos publicados, registos sonoros ou visuais, poderão ter uma responsabilidade acrescida no sentido de os dar a conhecer e restituir de alguma forma aos descendentes das populações que foram visitadas e estudadas por figuras do passado da disciplina.

Uma das questões fundamentais neste domínio é a do acesso aos materiais conservados nos arquivos e sua circulação. Se em determinados contextos o acesso de leitores não indígenas a esses materiais é sujeito a protocolos de autorização prévia por conselhos de anciãos ou outros representantes das comunidades, noutros casos podem ocorrer situações questionáveis do ponto de vista ético. Nos últimos anos, têm sido alvo de crescente reclamação por parte de pesquisadores e intelectuais indígenas as dificuldades de acesso a arquivos, imagens e objetos étnicos procedentes das suas comunidades de origem, enquanto obstáculos à utilização desses indícios materiais do seu passado em diálogo com o trabalho dinâmico de construção de memórias e de recriação cultural e artística. A complexidade e a singularidade de cada caso manifestam-se através de situações por vezes paradoxais, como quando as políticas de divulgação de recursos digitalizados recaem de forma incauta sobre saberes considerados secretos – isto é, que no seio de certas comunidades não devem circular senão entre iniciados ou segundo critérios de parentesco, de género, entre outros. O acesso universal *online* a textos publicados do passado

da antropologia com conteúdos sensíveis - tais como fórmulas esotéricas ou fotografias de pessoas falecidas - é disso uma ilustração. Também o é a existência de atitudes e discursos muito contrastados entre diferentes elementos das comunidades envolvidas, em torno das alegadas linhas de continuidade, de transformação ou de rutura em relação a um passado dito ancestral.

A interlocução em torno dos arquivos etnográficos da antropologia e a partilha de experiências entre atores é assim suscetível de gerar múltiplas formas de restituição em função de interesses, perspectivas e expectativas em movimento - ora envolvendo organizações e coletivos, ora dando o proscénio a personalidades indígenas, entre as quais antropólogos, que fazem leituras a contrapelo do arquivo. Se a recuperação dos legados vernaculares de antepassados concretos é frequentemente uma prioridade local - porventura em detrimento da exploração das vertentes teóricas e metodológicas da antropologia -, o enfoque nas pessoas pode repercutir-se na descoberta e na reavaliação do papel desempenhado por antepassados que foram mediadores etnográficos por excelência. A restituição dos arquivos também pode ser uma restituição de histórias da antropologia, histórias por (re)escrever em função de desequilíbrios por reparar, sendo as mesmas suscetíveis de relativizar a ideia de violência epistémica associada à representação etnográfica e de revelar, enfim, como os arquivos etnográficos foram, de uma forma ou de outra, mais ou menos escondida nesses mesmos arquivos, criações conjuntas.

A presente linha temática e correspondente painel convidam à partilha de estudos de caso - ou de ensaios teóricos e metodológicos - relativos a restituições digitais e outras de arquivos etnográficos da história da antropologia.

2. Do objeto museológico ao espaço-tempo do sujeito restituído

Com um lugar epicêntrico na *sismologia* do debate internacional em torno das restituições físicas de objetos – bem como de remanescentes humanos –, as instituições museais e em particular os museus etnológicos e etnográficos têm visto o seu significado e mesmo a sua reputação oscilar entre visões antagónicas: ora se advoga a inalienabilidade das coleções – com exceção dos remanescentes humanos e dos objetos funerários associados –, ora a natureza colonial do próprio museu; ora se valoriza o seu papel na conservação do que de outra forma poderia seguir trajetórias de desaparecimento, ora a necessidade de restituir continuamente a própria autoridade museológica às comunidades envolvidas, caminhando-se para o pós-museu. Um ponto em que parece haver consenso é o de que a cultura do museu não é universal e que diferentes regimes de propriedade, em tensão num campo de disputas e interrelações, são suscetíveis de colidir frontalmente – ou, com um olhar mais benigno, de se influenciarem mutuamente. À ideia datada de que a restituição representaria um risco para as coleções por falta de condições de conservação (financeiras, climáticas, ou outras) sucederam-se outros argumentos ou outros tantos obstáculos, desde o alegado desinteresse local por objetos tradicionais à alegada falta de sensibilidade indígena perante a *patine* de objetos históricos fisicamente deteriorados; ou ainda a invocação do absurdo que representaria, em determinados contextos, a preservação de utensílios da vida quotidiana. Em sentido contrário, vão as propostas e os projetos que salientam a importância de repensar as coleções precisamente em função de saberes – e ontologias – contrários ou pelo menos alternativos à

própria noção de museu etnológico ou etnográfico herdada dos séculos XIX e XX ocidentais, imbricada de forma profunda e variegada na história da antropologia. Procura-se não apenas questionar a longa burocracia associada aos pedidos de restituição, mas sobretudo reconhecer que os sentidos dos objetos nos seus contextos de origem, por vezes obliterados com a entrada nas reservas ou nas exposições do museu, não estão perdidos, ainda que alguns possam ter apenas dimensão histórica. Um eixo de reflexão e práxis estreitamente relacionado com o debate sobre restituições diz respeito a projetos de museologia colaborativa, que suscitam, entre outras ações, curadorias compartilhadas com as comunidades cujos objetos foram musealizados. Esse processo vem tendo impactos significativos tanto na dinâmica das instituições como na vida das próprias comunidades em questão: são recuperados saberes e fazeres; materialidades esquecidas voltam a circular nos seus espaços de origem. Dependendo dos casos, a restituição propriamente dita é suscetível de devolver vida aos objetos – bem como a remanescentes humanos –, permitir-lhes a reabsorção de dimensões espirituais interrompidas, reentrar em circuitos de parentesco com pessoas humanas e não humanas, dialogar com o dinamismo contemporâneo da criação de novos objetos – herdeiros ou sucessores dos que foram musealizados no passado –, ou ainda integrar, sob a forma física, digital, ou de reprodução tridimensional, museus de filosofia própria. Recentes projetos de museus comunitários, indígenas, afros, periféricos, entre outros, reinventam a constituição de coleções, os espaços de guarda e o conceito de exposição. Trata-se de coletivos que propõem novas formas de circulação de coisas e de conhecimentos, conduzindo não apenas a modelos museológicos alternativos, mas também, ou sobretudo, a novas modalidades de *fazer política*. Situados fora dos centros urbanos ou em locais e espaços diferenciados, esses museus não só mexem com os lugares e as monumentalidades

clássicas, como produzem efeitos de ricochete nos projetos museológicos e museográficos de instituições *mainstream*.

Em paralelo, cada vez mais antropólogos, arqueólogos e historiadores de origem indígena procuram que o seu cenário de reflexão e prática não seja disciplinar, mas sim complementar face à memória e sabedoria ancestrais dos seus próprios mundos, enquanto formas de *fazer* conhecimento a partir de concepções de espaço-tempo singulares. O “objeto etnográfico” e o “objeto arqueológico” são mais do que objetos nesses mundos ancestrais e remetem para um “sujeito espaço-temporal” que evidencia a memória, o íntimo, o respeito, a representação milenar, em contraponto aos efeitos de uma colonização geradora de diferentes formas de expropriação, não só de bens culturais, como da memória histórica inscrita nos sentidos simbólicos e linguísticos que satisfazem as identidades originais. Portanto, quando um “objeto” regressa à origem, a sua existência é ressignificada num “sujeito restituído”, o que possibilita não só uma experiência individual de ordem investigativa, mas também a restauração de uma ordem comunitária mediante um processo de cura espaço-temporal. Essa cura responde à ausência daquilo (o objeto) que foi transferido, quantas vezes à força, sem o prévio consentimento dos seus guardiões ancestrais, para um mundo ocidental. Neste sentido, o regresso dos artefactos não chega ao “museu local”, mas regressa ao seu “lugar de origem”. Trata-se aqui de *outras* histórias da antropologia – histórias que, em certo sentido, estão para lá da disciplina ou de uma qualquer subordinação do sujeito restituído aos saberes produzidos na órbita dos museus etnológicos e etnográficos. Trata-se de tornar visíveis as experiências dos “sujeitos restituídos”, que sugerem uma análise também na perspectiva do pluralismo jurídico, com propostas interculturais sobre procedimentos de restituição e saberes em diálogo relativos

a noções, percepções e ressignificação do património, bem como sobre a gestão da restituição de objectos etnográficos, arqueológicos, artísticos e históricos.

A presente linha temática e correspondente painel convidam à partilha de estudos de caso - ou de ensaios teóricos e metodológicos - relativos a restituições de coleções históricas de museus antropológicos e etnológicos. São igualmente bem-vindas narrativas teóricas relativas a sujeitos restituídos, bem como experiências colaborativas e locais.

3.Reconstituições e proveniências

Desde que, nos anos 1960, George W. Stocking, Jr. aplicou à historiografia da antropologia a clássica distinção dos historiadores entre presentismo e historicismo, a mesma tem mantido atualidade, ainda que hoje prevaleçam formas de presentismo esclarecido, atentas em simultâneo às preocupações da antropologia contemporânea e aos contextos históricos em que operaram os antepassados da disciplina. *Mutatis mutandis*, a distinção entre presentismo e historicismo é detetável nas formas de abordar a problemática da restituição.

As abordagens historicistas, orientadas para a reconstituição e compreensão da proveniência de itens culturais, tendem a estabelecer distinções entre circulações francamente lesivas e outras comparativamente benignas ou moralmente legítimas no próprio tempo em que ocorreram, num espectro que vai da etnografia empática e colaborativa *avant la lettre* até à pilhagem e outras ações predatórias ou invasivas. Sob esse prisma analítico, as

histórias da antropologia não se situam homogeneamente num ou no outro pólo desse espectro ético e político, porque terá ocorrido uma variedade de situações intermédias, incluindo processos considerados justos por ambas as partes no contexto em que tiveram lugar, como por exemplo dádivas e contra-dádivas, a compra de objetos e o pagamento ou outra forma de compensação pela obtenção de saberes de natureza etnográfica. Já as abordagens estritamente presentistas tendem a fazer prevalecer a crítica contemporânea do sistema e do tempo coloniais em bloco, isto é, em detrimento de distinções morais sobre diferentes proveniências, distinções essas que constituiriam uma forma incabível de relativização da violência e culpabilidade desse sistema no seu todo. A antropologia, nessa ótica, não seria senão parte integrante do mesmo, ideia que encontra eco na equação entre saber antropológico e extrativismo epistemológico – ou ainda, em versão extrema, entre etnografia e etnocídio. Que formas de conhecimento são – ou não – necessárias ou exigíveis no domínio da restituição? Quem deve ser escutado e qual o seu *locus* de autoridade face a registos parcelares, inexistentes, por vezes contraditórios sobre origens ou proveniências? Qual o papel das comunidades em reconstituições históricas suscetíveis de transcender os seus conhecimentos e competências quando confrontadas com o aparato metodológico e teórico de antropólogos e historiadores da antropologia que têm o arquivo como terreno?

A presente linha temática e correspondente painel convidam à partilha de: ensaios que explorem estas interrogações, e nomeadamente os desafios epistemológicos, metodológicos e éticos da praxis historiográfica face às comunidades historicamente envolvidas; bem como estudos de caso relativos a reconstituições de proveniências e a contributos da história da antropologia em processos de restituição contemporâneos.

Resumos Comunicações

Painel Reconstituições e proveniências

1. A vida passada e futura das coleções indígenas de Dina e Claude Lévi-Strauss

Maria Luisa Lucas (MAE-USP, Brasil); Leandro Varison (Museu do quai Branly – Jacques Chirac, França)

Resumo: Nos anos 1930, durante o tempo passado no Brasil, o casal de antropólogos Dina e Claude Lévi-Strauss realizou duas viagens de campo a aldeias indígenas, ocasião em que reuniram cerca de 2 mil objetos. Passados 90 anos, estes objetos compõem hoje coleções distintas, mas praticamente idênticas, depositadas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, e no Museu do quai Branly – Jacques Chirac, em Paris. Embora seja conhecida a influência destas experiências de campo no desenvolvimento da carreira de Claude Lévi-Strauss, poucos trabalhos se dedicaram a investigar a vida pregressa e futura dos objetos em si. Com esse intuito, conduzimos desde 2023 um projeto de pesquisa franco-brasileiro e, a partir do diálogo cuidadoso com algumas comunidades relacionadas a estes objetos, promovemos em 2024 a viagem de uma comitiva de 5 pessoas Boe (Bororo) a Paris. A partir da consulta aos objetos e da confecção de um diadema no âmbito de um *workshop* ministrado pelos especialistas indígenas, conhecemos melhor tanto as diferentes interpretações dos Boe a respeito da coleção do casal Lévi-Strauss, quanto as possíveis relações e alianças que tais objetos

são capazes de engendrar hoje. Embora a temporalidade do trabalho em colaboração com comunidades de origem não raro entre em conflito com o tempo institucional dos museus, nossa experiência sugere que uma valorização da primeira pode gerar pesquisas instigantes tanto no campo museal quanto na formulação de teorias antropológicas contemporâneas que veem na relação entre povos indígenas sul-americanos e suas coleções um novo campo de investigação.

2. Dibujos tobas en París: una investigación sobre los cuadernos de Alfred Métraux

Lorena Córdoba (IICS-UCA/CONICET – IICS-UCA/CONICET, Argentina); **Cecilia Gómez** (IICS-UCA/CONICET – IICS-UCA/CONICET, Argentina)

Resumo: En 2020 se identificaron tres libretas en las colecciones del Musée du Quai Branly de París que llevaban por título “Cahier de dessins recueillis par l'anthropologue Alfred Métraux (1902-1963) illustrant les mythes du Chaco” y que aparecen fechadas en 1939; es decir, su último viaje a la región del Gran Chaco. Poco o nada se sabía sobre el lugar de origen de las imágenes, del artista que había hecho los dibujos o del contexto histórico en el cual llegaron a Francia. A partir de la reconstrucción del viaje que hace el propio Métraux junto a su hermano al Chaco argentino y también de su correspondencia con el misionero anglicano John Arnott, identificamos al dibujante indígena que realizó los diseños compilados por el religioso y luego conservados en los cuadernos por el etnólogo. Se trata de una treintena de dibujos que representan imágenes diversas: desde pasajes de la mitología toba hasta las formas locales de caza y pesca, pasando por los tradicionales enfrentamientos bélicos con los enemigos jurados, los nivaculé o chulupí. Proponemos poner en relación los dibujos con las interpretaciones y realidades contemporáneas de las poblaciones indígenas del oeste formoseño, y analizar qué repercusiones tienen (o no) en su vida actual. A partir de una pesquisa etnográfica entre los descendientes del artista toba y su comunidad, buscamos reconstruir el contexto de los cuadernos pero también

qué evocan en la actualidad las escenas de la mitología toba, con qué se asocian o relacionan, y qué aspectos pueden considerarse todavía relevantes.

3. Da documentação das coleções ‘etnográficas’ no Museu Santos Rocha à desconstrução disciplinar dos museus de arqueologia

Elisabete Pereira (IHC | NOVA FCSH / Univ. de Évora – IN2PAST, Portugal);

Maria Figueira (IHC | NOVA FCSH / Univ. de Évora – IN2PAST, Portugal)

Resumo: O imperialismo colonial produziu espaços privilegiados para a construção de coleções que beneficiaram o desenvolvimento de metodologias científicas em museus por toda a Europa. Na arqueologia do final século XIX e inícios do século XX formavam-se as ‘coleções de comparação’ onde os objetos etnográficos das sociedades não europeias eram considerados ferramentas para interpretar o homem da pré-história julgado em análogos estados civilizacionais. No Museu Municipal Santos Rocha, um museu de arqueologia fundado em 1894 na Figueira da Foz, foram identificados e documentados cerca de 1400 objetos maioritariamente provenientes dos territórios da colonização portuguesa (Angola; Moçambique; Timor). A identificação da proveniência decorreu de um processo sistemático de documentação das coleções que incluiu análise e cruzamento de fontes históricas, nomeadamente dos registos históricos do museu e dos próprios objetos. Os estudos realizados sobre as coleções na atual sala de etnografia revelaram a associação de um oficial da marinha à maior parte dos artefactos em exposição. João dos Santos Pereira Jardim (1865-1907), então ‘governador do districto do congo’, comandou em 1902 o incêndio a 41 aldeias no norte de Angola, do que resultou a pilhagem de vários bens culturais que hoje se exibem no Museu Municipal Santos Rocha. Estes elementos sobre os contextos e os processos de aquisição/apropriação são reveladores da prepotência subjacente aos próprios procedimentos de colecionar, classificar e categorizar artefactos como ‘etnográficos’. O Museu Santos Rocha, como a maioria dos museus históricos, funcionaram como instituições disciplinares, normalizando comportamentos e narrativas. Essa função moldou-o como espaço de poder e inquestionável autoridade sobre as

coleções consideradas ‘etnográficas’. A investigação da história do museu e suas coleções, realizada no âmbito do projeto TRANSMAT, envolveu o público no questionamento da institucionalização das coleções em exposição para «Confrontar o Legado Colonial no Museu», uma intervenção na sala de etnografia. Como refere Brulon Soares, as exposições podem ser instrumentos de resistência e de transformação, questionando normas e promovendo a inclusão através de metodologias colaborativas. Tal como noutras experiências museológicas, este museu pode ser agora entendido como um espaço de indisciplina e de insubordinação.

4. Arquivos pessoais de etnólogos: da convivência aldeã à formação de acervos públicos

Luísa Valentini (UFBA/CNPq, Brasil)

Resumo: Desde 2015 venho atuando e acompanhando as questões que cercam a transferência e doação de acervos documentais formados por etnólogos da geração que inicia suas atividades de campo no Brasil nos anos 1960. Esta apresentação desenvolve pontos esboçados em trabalho realizado em torno dos arquivos pessoais dos etnólogos Pedro Agostinho (1938-2022), Lux Vidal (1930-) e Rafael de Menezes Bastos (1948-) – e em apoio ao projeto ‘Arquivo Kamayurá’, coordenado por Mayaru Kamayurá e Kanawayuri Kamaiurá (2023). Tratarei especialmente do que pode querer dizer o termo *pessoa* na expressão “arquivos pessoais”, quando se trata especificamente de antropólogos/os que atuam entre povos indígenas sul-americanos. Os campos e sentidos de relações iniciados na pesquisa de campo, e que se desenvolveram em décadas de colaboração, comunicação, hospitalidade e aliança na defesa de direitos dos povos indígenas culminam no papel desses pesquisadores como cronistas e guardiões de memórias das coletividades indígenas. A transformação do teor dessas relações ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI e a característica intergeracional que ela adquire para as próprias comunidades exigem avaliar também os cuidados e éticas em jogo na construção do conhecimento e na disponibilização da documentação produzida no trabalho

etnológico. Examinar esses sentidos e desdobramentos futuros é fundamental para construir políticas de salvaguarda permanente desses acervos documentais, especialmente com relação aos regimes de acesso a materiais cuja divulgação extravasa a escala das redes de pessoas e coletivos que os originaram.

Painel Arquivos no terreno ou em campo?

5. Circulaciones documentales y propuestas de activación de acervos de interés antropológico en Colombia

Aura Lisette Reyes Gavilán (Universidad de Antioquia, Colômbia)

Resumo: En las últimas dos décadas museos y bibliotecas europeas han adelantado un proceso de digitalización de acervos relacionados con la historia de la antropología colombiana, los cuales corresponden a la investigación que antropólogas/os realizaron en este territorio décadas atrás. Esta acción se enmarca en las iniciativas recientes de acceso abierto que responden a una pretensión de democratización de los archivos y mitigación de las brechas de acceso a la información. Para el caso colombiano, destacan los acervos del Ethnologisches Museum Berlin (Alemania), la Bibliothèque nationale de France (Francia) y el Världskulturmuseet (Suecia), entidades que conservan fotografías, actas y publicaciones relacionadas con las expediciones que se llevaron a cabo en la transición del siglo XIX al XX y las primeras décadas del XX. No obstante, la digitalización de estos materiales y su disposición en plataformas, muchas de ellas de acceso abierto, no garantiza su circulación a las regiones que dieron pie a su producción. La brecha digital entre los nortes y sures globales, reproduce las desigualdades en las que se ha construido el quehacer y pensar antropológico en el pasado, de manera que, las estrategias de circulación y

reactivación se convierten en herramientas claves para la mitigación de estas brechas y la creación de prácticas equitativas. En esta intervención se presenta un balance del material de interés antropológico asociado al territorio colombiano que se encuentra en los acervos digitales mencionados. Se analiza el tipo de material que ha sido privilegiado en la caracterización digital, haciendo hincapié en las posibilidades que emergen para las investigaciones relacionadas con la historia de la antropología colombiana, realizando una lectura crítica sobre estos materiales, de manera que se evidencian las tensiones de los procesos de digitalización de acervos históricos y sus implicaciones analíticas. Asimismo, se abordan algunas estrategias de circulación y activación que se han adelantado a partir de estos objetos digitales, haciendo una reflexión sobre el papel que se han establecido entre estos acervos y algunas comunidades en el país.

6. Estéticas, testimonios y restituciones en Amazonía boliviana: hacia una historia chacobo de la fotografía

Diego Villar (IICS-UCA/CONICET, Argentina)

Resumo: Los chacobo son un grupo indígena de lengua Pano que actualmente habita la selva amazónica del norte de Bolivia. Más allá de un contacto esporádico con exploradores, misiones jesuitas y franciscanas y el frente extractivo de la industria gomera, los chacobo tuvieron contacto esporádico con la sociedad regional hasta la llegada de los misioneros norteamericanos del Summer Institute of Linguistics en la década de 1950, que los sedentarizaron definitivamente. Justamente en ese momento crítico el viajero alemán Heinz Rox-Schulz tomó una serie de fotografías entre los chacobo del río Benicito. A partir de un proyecto de restitución de las imágenes en 2013, esta comunicación reconstruye los pormenores de aquella experiencia y, a partir de la misma, esboza la posibilidad de reconstruir una historia de la fotografía en clave chacobo, explorando las diversas maneras en las que se ha percibido la representación gráfica a lo largo del tiempo y cómo estas percepciones influyen a su vez en la definición antropológica de la historia,

la cultura y la identidad étnica. Asimismo, se discuten los usos que a lo largo del tiempo las comunidades chacobo y sus observadores han dado a estas imágenes. Finalmente, se analizan algunos de los dilemas metodológicos que este tipo de iniciativas generan para el trabajo etnográfico en la actualidad, así como también las repercusiones más amplias de estas problemáticas en el escenario contemporáneo de las redes sociales y la digitalidad.

7. Práticas colaborativas na reativação de arquivos: memórias em circulação na Terra Indígena Xambioá

Henrique Entratice (IHC NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal; Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Brasil); **Maurícia Txiberu Karajá** (IHC NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal; Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Resumo: Esta comunicação discute os efeitos da reapropriação comunitária de arquivos etnográficos históricos a partir de oficinas culturais realizadas em novembro de 2023 na Terra Indígena Xambioá, Tocantins, Brasil. Pela primeira vez, membros da comunidade tiveram acesso a uma coleção de imagens e objetos do século XIX pertencentes a seus antepassados, parte do acervo do Museu Etnológico de Berlim desde 1888 e atribuída à Paul Ehrenreich. As oficinas, coorganizadas e conduzidas por Maurícia Txiberu Karajá e Henrique Entratice, mobilizaram lideranças, professores, jovens e anciãos em quatro aldeias da Terra Indígena Xambioá. O material apresentado, que até então era desconhecido localmente, provocou reações intergeracionais distintas: entre os anciãos, evocou lembranças e afetos vinculados à memória dos antepassados; entre os jovens, emergiram dúvidas, distanciamento e, progressivamente, novas formas de reconhecimento. Era a primeira vez que o grupo de relacionava com qualquer coleção histórica de seus antepassados. A proposta metodológica baseou-se na partilha de arquivos visuais em contexto comunitário, seguida por escuta ativa e diálogos que ativaram reconhecimentos de rostos, práticas e histórias familiares. Ao serem reativados, os arquivos tornaram-se

catalisadores de pertencimento, orgulho e crítica. Argumenta-se que metodologias colaborativas podem ampliar o campo da restituição para além do retorno físico de objetos, ativando processos de reinscrição histórica e fortalecimento identitário. Neste contexto, os arquivos passam a operar como instrumentos políticos e pedagógicos para a reconstrução da continuidade cultural e afirmação de dignidade coletiva.

8. Des-arquivar acervos coloniais: intervenções colaborativas para descolonizar e repensar modos de restituição

Paulo Raposo (CRIA Iscte-Iul / IN2PAST, Portugal); **Izabela Tamaso** (Universidade Federal de Goiás)

Resumo: É sobejamente conhecida a postura e a tradição científica na qual museus, pesquisadores e colecionadores constituíam e circulavam arquivos com o objetivo de apresentar “o outro”. Contemporaneamente, essas coleções etnográficas abandonam as reservas técnicas das instituições, de museus, galerias, bibliotecas; e seus acervos e reflexões académicas e especializadas são revisitadas e interpeladas, quando não postas em causa. Mobilizadas hoje, não apenas por quem as guarda e pesquisa, mas também por aqueles que nelas se encontram retratados nos registos ou por seus descendentes, novos significados são atribuídos ao lugar e ao conhecimento sobre estes arquivos, emergindo práticas de subversão e crítica dos acervos e dos desafios envolvidos na sua conservação, propriedade e documentação que são ressignificados, reinterpretados e reapresentados. Temos vindo a acompanhar, em Portugal e no Brasil, diferentes processos de museologia colaborativa ou de produção de arquivos vernaculares que realinham a produção de narrativas e subvertem a ideia de que as instituições de guarda detêm, de forma privilegiada, tais patrimónios. Enquanto desafios às políticas de retorno e restituição dos arquivos, em prol de novas dinâmicas relacionais e de reparação, nesta comunicação procuramos trazer a experiência de dois casos em Portugal (Lisboa) – o projeto de arquivo vernacular *Noz Stória* de Sinho Baessa e a releitura de arquivos no âmbito da associação Tributo aos

Ancestrais – e dois casos similares no Brasil (Estado de Goiás) – Bloco Pilão de Prata e o Museu das Bandeiras. Em diálogo, pretendemos interpelar e melhor entender estas novas dinâmicas e desafios.

9. Restituir saberes, recuperar presenças: circulação e invisibilidades na expedição de Henrique de Carvalho a África (1884-1888)

Anderson Antunes (IHC Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal); **Sara Albuquerque** (IHC Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal); **Maria de Fátima Nunes** (IHC Universidade de Évora / IN2PAST, Portugal)

Resumo: A partir da documentação produzida durante a expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888), procuramos resgatar os agentes invisíveis que sustentaram a ciência colonial portuguesa, propondo numa primeira abordagem uma restituição simbólica através da investigação histórica. No contexto dos debates sobre restituição, propomos uma reflexão sobre os arquivos como instrumentos para uma restituição centrada na recuperação de histórias, agências e saberes das comunidades africanas envolvidas em missões científicas portuguesas em África. Em registos textuais, visuais e nos próprios objetos e espécimes levados para a Europa, encontramos evidências da participação de agentes locais nestas expedições. Além de colaborarem na deslocação pelo território, estes agentes – que incluíam desde caçadores a cozinheiros – partilhavam conhecimentos sobre as regiões, povos e culturas, bem como sobre nomes e usos de animais e plantas. Se, por um lado, a documentação revela a participação desses agentes na construção do conhecimento científico e na formação das coleções etnográficas e outras, por outro, mostra sinais dos silêncios associados às normas científicas então vigentes, como também à ulterior historiografia. Em diálogo com a antropologia, revisitamos criticamente o lugar dos arquivos coloniais na produção de um saber cruzado por relações de poder e colaboração, compreendendo-os como locais de encontro entre passado e presente, memória e reparação, que possibilitam a compreensão de como saberes e objetos circularam. Nesta comunicação, analisamos estes processos de invisibilidade

ao mesmo tempo em que refletimos sobre restituição não em termos da repatriação de objetos, mas na recuperação/restituição de histórias, memórias e conhecimentos. Projeto KNOW.AFRICA financiado por: FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. 2022.01599.PTDC)
<https://doi.org/10.54499/2022.01599.PTDC>

10. Pensar a restituição de arquivos visuais: o caso dos filmes de Margot Dias no território Makonde (1958-1961)

Catarina Alves Costa (CRIA NOVA FCSH / IN2PAST, Portugal)

Resumo: Os arquivos visuais carregam o carimbo indelével do encontro original e das decisões tomadas no momento das filmagens e da captação sonora. Margot Dias, uma etnóloga e cineasta de origem alemã que viria a casar com o etnólogo português Jorge Dias, registou em 16 mm, entre 1958 e 1961, um número impressionante de imagens e sons no Norte de Moçambique, especialmente no planalto de Mueda habitado pelos Makonde. Gravou ainda centenas de canções e instrumentos musicais. Em 1995, gravei, em sua casa, uma longa conversa sobre o seu passado e sua experiência africana. A partir desse material, de fotografias, sons, livros dela e dos relatórios enviados ao governo fiz um filme (*Margot*, 2022) que desvenda narrativas e encontros. Em 2018 fui a Maputo encontrar os jovens artistas e músicos Makonde para perceber como a restituição e “elicitación” de arquivos cinematográficos provoca narrativas nos bastidores, levando-nos a lugares e situações específicas. Discutirei essa experiência a partir de uma metodologia “de deslocamento”. As imagens suscitaram respostas afetivas e corporificadas, posicionando o material de arquivo como um local de conhecimento coproduzido e não de evidência fixa. A minha presença, e a da câmara, funciona como interlocutora entre passado e presente, entre o olhar de Margot Dias e a autoconsciência crítica dos participantes contemporâneos Makonde, permitindo que as tensões aflorem como locais geradores de investigação. Ao captar este encontro gerado pela elicitación, a corporificação, a crítica decolonial e o posicionamento

intermediário, a câmara oferece um poderoso molde para pensar em conjunto com a chamada antropologia visual formas de repatriação e devolução.

Painel Do objeto museológico ao espaço-tempo do sujeito restituído

11. O Acervo Nosso Sagrado ou a impossível viagem de volta do “sujeito restituído”

Stefania Capone (IRL Mundos em transição CNRS/USP, Brasil e França)

Resumo: Nessa comunicação, analisarei o complexo processo de restituição da “Coleção Museu de Magia Negra”, primeiro patrimônio afro-brasileiro reconhecido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que antecedeu o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Composta por objetos rituais sequestrados pela polícia nas casas de culto de candomblé e de umbanda do Rio de Janeiro, essa Coleção foi “tombada” em 1938 – sendo o “tombamento” um instrumento jurídico criado em 1937 pelo governo de Getúlio Vargas com a finalidade de proteger o patrimônio cultural. A história da patrimonialização dessa coleção conservada durante décadas no Museu da Polícia do Rio de Janeiro está entrelaçada com a(s) história(s) da antropologia brasileira e da constituição dos estudos afro-brasileiros como campo subdisciplinar, coincidindo com a convergência de pesquisadores e elites religiosas na busca do reconhecimento da importância da cultura negra no Brasil. O “tombamento” desse acervo foi preparado pela atuação de Mário de Andrade e Heloísa Alberto Torres, que defendiam uma proteção mais ampla que a dos patrimônios de referência no seio do SPHAN, a arte sacra católica e o barroco colonial. Heloísa Alberto Torres foi também precursora do conceito de reparação para compensar perseguições sofridas ao

longo dos séculos. A ideia de uma necessária reparação viria a orientar o destino da “Coleção Museu de Magia Negra”, rebatizada “Acervo Nosso Sagrado”. Em 2020, uma campanha liderada por *mães e pais-de-santo* conseguiu finalmente retirá-la de um “espaço de repressão” – o Museu da Polícia – para restituí-la à sociedade civil, trazendo-a ao Museu da República do Rio de Janeiro como forma de reparação de um erro histórico, a repressão das religiões de matriz africana, que perdura através da intolerância religiosa das igrejas evangélicas. Nessa comunicação, será mostrado como esse caso de restituição traz à luz a questão da incompatibilidade dos distintos regimes de propriedade mobilizados, entre propriedade inclusiva e agentividade dos objetos rituais, assim como os percalços de uma gestão colaborativa interrompida e as dificuldades no processo de restituição de objetos que não têm mais “seu lugar de origem” mas que não por isso deixam de ser “sujeitos restituídos”.

12. Ype, o dentro e o fora: o itinerário de uma máscara do povo Apyãwa-Tapirapé

Ana Coutinho (MECILA – CEBRAP – USP, Brasil)

Resumo: Pesquisas etnográficas sobre os diversos modos de relação com humanos e não humanos renovaram nas últimas décadas a atenção dedicada ao caráter relacional das materialidades e às capacidades de *ação* dos artefatos em contextos indígenas e museológicos. Nesta comunicação, buscamos apresentar os desdobramentos e os sentidos da circulação de um artefato específico do povo Apyãwa-Tapirapé da região do Médio Araguaia, no Brasil Central, a saber, a máscara Ype (Cara-Grande), que integra os acervos de diversos museus etnográficos europeus e norte-americanos, tais como o National Museum of the American Indian (Smithsonian Institute, Washington, EUA), o Wereldmuseum (Leiden, Holanda), o Museo de América (Madri, Espanha), o Musée du quai Branly (Paris, França) – e também brasileiros, como o Museu do Índio (Rio de Janeiro, Brasil) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (São Paulo e Curitiba, Brasil). Num primeiro momento, damos ênfase ao contexto em que as máscaras

foram produzidas e vendidas para fora da aldeia na década de 1960. Nesse período, segundo um interlocutor de pesquisa, ocorreu uma (primeira?) venda de máscara, idêntica àquela usada em ritual, para um colecionador privado. A partir desse evento, uma série de reuniões ocorreram para que fossem acordados alguns parâmetros sobre como realizar novas transações. Charles Wagley descreve que, quando retornou aos Apyãwa em 1966, observou uma verdadeira “fábrica” de confecção de máscaras *Ype* para venda. Havia uma organização apyãwa que visava suprir demandas específicas de compradores não-indígenas variados (colecionadores particulares, instituições museais, funcionários do Estado). Num segundo momento, consideramos a atual recepção, pelos Apyãwa-Tapirapé, de uma restituição digital de fotografias de máscaras no contexto da construção de um museu indígena na aldeia. O processo de musealização apyãwa inclui o interesse na composição de uma base de dados com imagens das máscaras vendidas nos anos 1960 pelos próprios especialistas rituais. Quando se observa imagens de várias máscaras *Ype* pertencentes a acervos de museus etnográficos e a coleções particulares, percebemos que, embora a morfologia geral fosse mantida, algumas transformações importantes foram realizadas nas máscaras. A partir da etnografia realizada entre os Apyãwa-Tapirapé e em particular da pesquisa com o especialista ritual da aldeia Tapi´Itãwa, emergem as transformações da *Ype* (Cara-Grande) realizadas pelos especialistas rituais, ou seja, as especificidades dos objetos máscaras “para dentro” e “para fora”.

13. Ouvir as vozes: o património cultural da Guiné-Bissau e a importância do diálogo na reparação do passado colonial

Ana Temudo (CITAR/UCP, Portugal)

Resumo: Esta comunicação analisa a relação entre Portugal e a Guiné-Bissau em torno da restituição enquanto questão central no contexto pós-colonial, com ênfase no papel do património cultural na formação identitária guineense e na abordagem do colonialismo português. São discutidas questões críticas: qual o significado contemporâneo dos objetos culturais guineenses recolhidos

durante o período colonial em ambos os países? Que função desempenham na sociedade atual e que condições são necessárias para a sua restituição à Guiné-Bissau? Ao longo de quatro anos, foram utilizados métodos etnográficos como entrevistas, observação participante e análise histórica de coleções museológicas, com o objetivo de compreender como, na sua diversidade, a sociedade guineense percebe, valoriza e utiliza o seu património cultural. A investigação revela uma lacuna importante: a limitada participação das comunidades de origem na documentação do seu património cultural e na formulação de políticas de restituição. Uma abordagem etnomuseológica centrada nas vozes locais e da diáspora guineense permite salientar a necessidade de apoio financeiro contínuo, capacitação profissional e desenvolvimento de infraestrutura. A partir deste estudo de caso – a realidade cultural e patrimonial da Guiné-Bissau –, são desafiadas narrativas hegemónicas ocidentais sobre o património colonial, entendendo-se a restituição como um ato político de reparação histórica. Os resultados indicam que, embora a repatriação dos bens seja relevante, não constitui uma prioridade imediata neste contexto. Na Guiné-Bissau prevalece o modelo de museu herdado do período colonial. Apesar da falta de apoio governamental ao sector, a sociedade civil manifesta a importância da criação de condições infraestruturais para a difusão da cultura guineense, medida considerada fundamental antes da devolução de objetos. Sendo a restituição por si só insuficiente para sanar as feridas do colonialismo, é necessário adotar abordagens alternativas, inclusivas e sustentáveis, que incorporem múltiplas perspetivas no processo de reparação histórica.

14. Intervenções indígenas em arquivos antropológicos coloniais: agenciamentos artísticos no espaço transatlântico

Emanuele Fabiano (CES-UC, Portugal), **Karen Shiratori** (CES-UC, Portugal) & **Raphael Uchôa** (CES-UC, Portugal)

Resumo: Nas últimas décadas, artistas, curadores e intelectuais indígenas do Brasil têm protagonizado intervenções críticas em arquivos antropológicos

coloniais e coleções museológicas abrigadas em instituições europeias. Esse movimento, que ganha força também em Portugal e na Espanha, não se limita a reivindicações patrimoniais no sentido clássico, nem se inscreve exclusivamente no vocabulário da restituição. Ele opera em uma lógica própria, marcada por gestos de reapropriação estética, reativação cosmológica e deslocamento epistemológico. Esta comunicação propõe examinar essas ações como parte de uma dinâmica transatlântica mais ampla, na qual o Atlântico – enquanto espaço histórico de expropriação, deslocamentos forçados e extração de saberes – é reinscrito como território de confronto simbólico e imaginação política. O eixo empírico da proposta é a coleção etnográfica formada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no final do século XVIII, hoje dispersa em diversos museus portugueses, com ênfase no acervo conservado no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Esse acervo tem sido, há algum tempo, objeto de intervenções conduzidas por artistas e pensadores indígenas amazônidas – intervenções que se intensificaram nos últimos cinco anos, reinscrevendo objetos, documentos e imagens em circuitos de criação conceitual e ativação coletiva. Essas práticas não apenas tensionam os regimes de visibilidade e autoridade que historicamente organizaram os arquivos da antropologia, mas também os convertem em espaços de disputa ontológica e elaboração de futuros. A partir desses estudos de caso, refletiremos sobre os impactos dessas intervenções nos debates contemporâneos sobre memória, restituição e as reconfigurações da história da antropologia no espaço atlântico.

Vozes Negras na Antropologia: restituição e reparação como práticas de ensino e aprendizagem

Messias Basque (Beriba Centre for Slavery Studies, Universidade de Glasgow, Reino Unido)

Que nomes vêm à sua mente quando você ouve a palavra antropologia? Muito provavelmente, a sua memória responderá com alguns dos personagens que aparecem no seu navegador, quando a mesma pergunta é respondida pelos algoritmos de serviços de busca na internet. Faça o exercício e você verá que nenhuma pessoa negra aparece nas listas de antropólogos considerados clássicos, famosos ou dignos de nota. Partindo dessa provocação, esta comunicação pretende debater a restituição e a reparação como práticas de ensino e aprendizagem na antropologia. Para tanto, serão apresentados o contexto, as demandas e o processo de colaboração com estudantes de ciências sociais em uma universidade pública no Brasil, que culminaram na criação de um curso inédito, inteiramente dedicado à vida e à obra de antropólogos negras e negros. *Vozes Negras na Antropologia* é um projeto nascido de uma comunidade de ensino e aprendizado (no sentido de bell hooks), no qual restituição e reparação são práticas que nos permitem revisitar a história da antropologia a partir de uma abordagem afrodiaspórica. Em outras palavras, uma abordagem interessada nas contribuições de antropólogos negros africanos e da diáspora, cujas vozes foram silenciadas pela história oficial da disciplina e pelo seu cânone.

ResumoIntervençãoPerformativa

A presença do manto tupinambá: a diplomacia ancestral e as mulheres como guardiãs das tecnologias

Glicéria Tupinambá (PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

Artista, pesquisadora, professora, educadora, agricultora e ativista, Glicéria Tupinambá é uma das lideranças femininas da aldeia Serra do Padeiro. Mestre em Antropologia Social, com Licenciatura Intercultural Indígena no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), está fazendo o doutorado PPGAS (Programa de pós graduação em Antropologia Social) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Dirigiu, com Cristiane Julião, do povo Pankararu, o documentário *Voz das Mulheres Indígenas* (2015), premiado no Cine Curumim (2016). Por sua atuação na luta pela terra, participou de várias exposições coletivas, como: *Os Primeiros Brasileiros*, no Arquivo Nacional. Em 2021, foi curadora da exposição *Kwá yapé turusú yuriri assojaba tupinambá | Essa é a grande volta do manto tupinambá*, na Funarte Brasília. Foi vencedora da 10 edição da Bolsa de Fotografia ZUM/IMS com o projeto *Nós somos pássaros que andam*. Foi vencedora Prêmio PIPA 2023. Foi curadora do projeto *Manto em Movimento*, em 2023, composto de uma exposição na Casa do Povo, em São Paulo, e de uma série de visitas do Manto Tupinambá em diversos espaços culturais da cidade de São Paulo. Artista convidada do Pavilhão Hãhãwpuá na 60ª Bienal de Veneza, com curadoria de Gustavo Caboco, Arissana Pataxó e Denilson Baniwa. Realizou diversas exposições do manto, incluindo no Museu de arte contemporânea em Kiruna – Suécia. Pesquisa o processo de acesso ao museus e escuta dos artefatos da cultura do povo Tupinambá, em especial dos mantos tupinambá. Foi professora do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro, na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia.

ResumosConferencistasConvidados

Experiência múltipla de pesquisador e curador indígena na reconstrução de novo acervo do Museu Nacional

Tonico Benites (Guarani Kaiowá) (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

Tonico Benites apresenta sua experiência de atuação como pesquisador e curador indígena de uma coleção Guaraní Kaiowá formada para o novo acervo do Museu Nacional, considerando os desafios presentes na reconstrução das coleções etnográficas destruídas pelo grande incêndio em 2018. Esta instituição bicentenária tinha como horizonte científico e cultural contribuir para a formação de uma identidade nacional. Hoje, ela se orienta por uma nova linha curatorial voltada para reconstrução de seu acervo etnográfico. A partir de uma perspectiva curatorial dialógica e de estreita colaboração com as comunidades, por meio de suas próprias representações, Tonico Benites tem participado de oficinas do Museu Nacional para refletir sobre as próprias políticas de memória de seu povo de uma perspectiva inteiramente própria (2019-2024). Trata-se de um processo longo e lento, de enormes desafios, de ambas as partes envolvidas.

À conversa com... Antonio Carlos de Souza Lima

Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

“Sou licenciado em História pela UFF (1979), mestre (1985) e doutor (1992) em Antropologia pela UFRJ. Ingressei no Museu Nacional como antropólogo em 1987 e tornando-me professor do Setor de Etnologia em 1989, integrando o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/MN) a partir de 1994, onde atuei como coordenador e subcoordenador. Reconhecendo as fragilidades institucionais da produção intelectual no Brasil, envolvi-me profundamente na gestão acadêmica, incluindo cargos no Conselho de Ensino para Graduados

e Pesquisa da UFRJ, bem como a Coordenação de área de Antropologia e Arqueologia junto à CAPES. Minha trajetória é marcada por docência, pesquisas e orientação de alunos sobre relações entre povos indígenas e o Estado, história dos estudos indígenas e formação estatal nas Américas, muitas delas em pesquisas coletivas. Trabalhei extensivamente com os arquivos do Departamento de Antropologia e contribuí para fundar o Setor de Memória e Arquivo (Semear/MN). Na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fui coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, vice-presidente (2002–2004) e presidente (2015–2016). Editei o periódico *Virtual Brazilian Anthropology* (2017–2025). Participei da reconstrução da Associação Latinoamericana de Antropologia (ALA), atuando no seu conselho fiscal e coordenando o GT Antropologia do Estado. Meus interesses incluem Antropologia Política, do Estado e das políticas públicas, em geral e indigenistas em especial, e história da antropologia no Brasil. Integro hoje a equipe do eixo Brasil/Museu Nacional em Bérose, no projeto HITAL/IRN. Coordenei projetos financiados por agências nacionais e internacionais. Atualmente, sou professor colaborador na UFMS (desde 2017), fui professor visitante na UFF (2023–2025). Sou colaborador voluntário/professor permanente do PPGA/UFF e do PPGAS/MN-UFRJ, mesmo após aposentadoria em 2019.”

Museus, produção de memórias e insurgência epistêmica

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional, UFRJ, Brasil)

O grande desafio para os museus e para a Antropologia, o motor de sua existência, é falar sobre a alteridade. Ou seja, transformar as tradições da história natural e da razão ocidental em ferramentas para uma comunicação dialógica. Ao chamar a atenção para as sutis interconexões entre o poder, as emoções e a produção de conhecimentos sobre o outro, ***O Fogo avassalador e a nova semeadura*** aponta para uma dimensão ainda pouco explorada na pesquisa etnológica e em múltiplas formas de construção de memórias (entre estas especialmente museus e exposições). Ao invés de cortar o cordão umbilical entre as peças que contêm e as culturas vivas que lhes deram a luz, os museus

devem buscar manter com as comunidades de origem um fluxo constante que faça com que os seus acervos rejuvenesçam permanentemente e venham adaptar-se aos projetos e utopias que as inspiram. Não serem reféns de palácios e pretender, como avaros, acumular tesouros a serem disputados e defendidos. Os museus precisam ir além de seus muros e traduzir o fetiche de objetos raros em vivências compartilhadas e conhecimentos de valor contemporâneo. As memórias e emoções que suscitam deverão desbordar-se e estar presentes nas mentes dos cidadãos, nas escolas, nos celulares, nas paredes da cidade.

Imagens: *A Woman's Revenge*, fotografia de desenho performativo (jato de tinta em papel Murakuma) © Adam Adach, 2018; *Pont arc-en-ciel (version jaune)*, projeto de instalação, miniatura © Adam Adach, 2021.

